



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 072

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 072

66ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Pequeno/Grande Expedientes:	
Comemoração do Centenário da Imigração	
Japonesa no Brasil	
Composição da Mesa	03
Palavras do Presidente	
Dep. Nelson Justus	03
Oradores:	
Dep. Luiz Nishimori	04
Sr. Toshizo Ido	05
Realização das Homenagens.....	06
Lançamento do Selo	06
Sr. Itamar Ribeiro.....	06
Encerramento da Cerimônia	07
Expediente:	

Ofícios	07
Indicações	07
Requerimentos	09
Projetos de Lei.....	12

Horário das Lideranças:

Liderança do Governo	
Dep. Luiz Claudio Romanelli	16
Liderança da Oposição	
Dep. Luiz Malucelli	18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	19
Discussão/Votação	
Redação Final	20
2ª Discussão	20
1ª Discussão	20
Requerimentos	23

Encerramento da Sessão24

Publicações:

Atas de Comissões	
Defesa do Consumidor	24
Constituição e Justiça	24

DIÁRIO Nº 072

66ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **16ª LEGISLATURA** **ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **23 DE JUNHO DE 2008**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Cida

Borghetti, Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Luiz Eduardo Cheida, Mil-tinho Pupio, Pedro Ivo, Stephanes Júnior e Waldyr Pugliesi (12).

Abertura da Sessão:

Verificada a existência de número legal, e sob a proteção de Deus, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão e, por proposição do Sr. Deputado Luiz Nishimori, o Pequeno e o Grande Expedientes desta Sessão Ordinária serão destinados à Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Pequeno e Grande Expedientes:

Comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão e, por proposição do Sr. Deputado Luiz Nishimori, o Pequeno e o Grande Expediente desta Sessão Ordinária serão destinados à comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Composição da Mesa:

Esta presidência tem a satisfação de apresentar a composição da Mesa:

Exmo. Sr. Desembargador José Antonio Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Toshizo Ido, Governador da Província de Hyogo; Exmo. Sr. Ministro Fernando Eizo Ono, do Tribunal Superior do Trabalho; Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori, Presidente, da Comissão Executiva Estadual do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil; Exmo. Sr. Deputado Federal Hidekazu Takayama, representando a Câmara Federal; Ilmo. Sr. Conselheiro Caio Nogueira Soares, representando o Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Rui Hara, Secretário Municipal de Governo, representando o Exmo. Sr. Prefeito Beto Richa; Exmo. Sr. Itamar Ribeiro, Diretor Regional dos Correios do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Teruo Kato, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido a todos para ouvirem o Hino Nacional do Japão e o Hino Nacional Brasileiro, executados pela Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná.

(Execução do Hino Nacional)

Palavras do Presidente:

Deputado Nelson Justus

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

(Lê):

“O Poder Legislativo tem a honra de receber hoje lideranças políticas do Paraná e de Hyogo, nossa província irmã no Japão, entidades da sociedade, expressões da cultura e personalidades para festejar os 100 anos da imigração japonesa ao Brasil.

O sentido simbólico desta comemoração é evidente e se corporifica na honrosa presença da família de Ryu Mizuno - representado por seu filho Ryu Saburo Mizuno e Tomi Nakagawa - representada por sua filha Eiko Nakagawa Itano.

Presidente da Companhia de Emigração Imperial, que reuniu os 781 japoneses imigrantes a dar entrada, em 18 de junho de 1808, no Porto de Santo a bordo do Kasato Maru, Ryu Mizuno inscreveu o seu próprio nome e o de sua família na longa história de amizade entre Brasil e Japão.

Sua presença faz-se sentir aqui hoje, nesta Assembléia Legislativa, e não apenas pelo intermédio de seus familiares, mas também pelo legado que representa, especialmente para nós, paranaenses, a forte presença da cultura japonesa do trabalho e do respeito aos princípios entre nós.

E faço questão aqui de citar meus colegas Parlamentares Luiz Nishimori e Teruo Kato, dignos representantes do que eu chamaria de linhagem política nipobrasileira, que oferece, há décadas, a sua contribuição ao Paraná - estado cuja capital foi a primeira do país a eleger um brasileiro de olhos puxados e ancestrais japoneses, Cássio Taniguchi, hoje Deputado Federal.

Pois enquanto escrevia seu diário, precioso documento histórico que relata a aventura dos 52 dias em alto-mar, Ryu Mizuno trazia a bordo a família da pequena Tomi Nakagawa, então com pouco mais de um ano de idade.

Última sobrevivente do Kasato Maru a falecer, pouco antes de completar ela própria um século de existência, em outubro de 2006, Tomi Nakagawa, londrinense de coração por 50 anos, é protagonista de uma história tão importante que o Imperador Akihito, quando visitou o Brasil uma década atrás, fez questão de encontrá-la.

Testemunha do sofrimento de sua família nos primeiros anos no Brasil, Tomi viu seus pais serem forçados a retornar ao Japão 20 anos depois. Com eles, foram os filhos mais novos, nascidos no Brasil. Aqui, ficaram as filhas mais velhas, nascidas no Japão.

Tomi jamais voltou a vê-los. Casou-se aos 22 anos com o agricultor Massagi Nakagawa, com quem teve sete filhos. Deixou dezenas de descendentes, entre netos, bisnetos e tataranetos.

Mas deixou, principalmente, assim como os pioneiros japoneses que com ela vieram, o exemplo de que ao sofrimento dos que deixaram seu país de origem correspondeu a conquista de um novo país.

O Paraná e o Brasil lhes são muito gratos... porque não se pode falar do Paraná e do Brasil, suas grandezas e seus desafios, sem falar do acréscimo que foi e segue sendo a riqueza da contribuição cultural japonesa às nossas vidas!

Sejam pois, todos bem-vindos a esta Casa que, com muito orgulho, também vos representa!”

Muito obrigado.

Oradores:

Esta presidência tem a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori, Presidente da Comissão Executiva do Centenário da Imigração Japonesa no Paraná.

Deputado Luiz Nishimori

O SR. LUIZ NISHIMORI

Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador José Antonio Vidal Coelho; Exmo. Sr. Toshizo Ido, Governador da Província de Hyogo; Exmo. Sr. Deputado Federal Hidekazu Takayama, representando a Câmara Federal; Ilmo. Sr. Conselheiro Caio Márcio Nogueira Soares, representando o Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Ilmo. Sr. Rui Hara, Secretário Municipal de Governo, representando o Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito de Curitiba; Ilmo. Sr. Itamar Ribeiro, Diretor Regional dos Correios no Paraná; Exmo. Sr. Deputado Teruo Kato, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, demais autoridades, Sras. e Srs. Deputados:

(Lê):

As comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil - IMIN 100 - nos reúnem aqui nesta tarde, quando o Poder Legislativo se junta a essas comemorações, prestando homenagens àqueles que tanto têm feito pela comunidade nipo-brasileira que hoje vive no Paraná.

A imigração japonesa no Brasil começou no início do século XX, quando o Japão atravessava uma crise demográfica com o fim do feudalismo e o início da mecanização da agricultura naquela país.

A pobreza passou a assolar os campos e as cidades foram ficando saturadas com a migração do homem do campo para os centros urbanos e as oportunidades de emprego tornavam-se mais difíceis.

Como no Brasil estava faltando mão-de-obra na zona rural, pois o Governo da Itália havia proibido a imigração subsidiada de italianos para São Paulo, onde vinha a maior corrente migratória italiana.

Assim, foi feito um acordo entre os Governos japonês e brasileiro.

E no dia 18 de junho de 1908, chegava ao Brasil o navio Kasato Maru, considerado pela história oficial como o primeiro navio a aportar no Brasil com imigrantes japoneses.

Cento e sessenta e cinco famílias chegavam ao Brasil para trabalhar nos cafezais do oeste paulista.

Nos primeiros sete anos vieram mais de 3 mil 434 famílias, num total de 14 mil 983 pessoas, o que aumentou consideravelmente com o começo da I Guerra Mundial em 1914.

Atualmente, o Brasil abriga a maior população japonesa fora do Japão. No total são 1 milhão e 500 mil pessoas entre japoneses e descendentes.

Desse número, o Paraná possui 150 mil pessoas até a 5ª geração, sendo esta a segunda maior comunidade japonesa no Brasil.

Poderia ficar horas aqui falando sobre os imigrantes japoneses e sobre os episódios marcantes e inesquecíveis da história da imigração japonesa no Brasil.

Porém, é preciso falar um pouco do presente. Falar da integração entre os dois povos: Brasil e Japão.

Precisamos falar também da inversão do fluxo migratório de brasileiros descendentes ou cônjuges japoneses ao Japão; os chamados de kasseguis que vão ao Japão para trabalhar.

Hoje, são mais de 320 mil brasileiros que vivem no Japão. A comunidade brasileira no Japão é a 3ª maior fora do Brasil, e, por sua vez a 3ª maior comunidade imigrante no Japão.

O relacionamento comercial entre Brasil e Japão tem sido alvo de várias missões econômicas que têm se formado aqui no Paraná, e a exemplo disso, nos meses de abril/maio passados, chefiamos uma dessas delegações ao Japão, em busca de estreitamento dessas relações.

A TV digital de sistema japonês já é realidade para o Brasil e ainda estudam a possibilidade de implantar o trem bala que pode ligar São Paulo ao Rio e São Paulo a Campinas.

Já o Brasil negocia seus produtos básicos como carne de frango, sucos cítricos, minério de ferro e agora mais recentemente, ofertando para o Japão o seu mercado de combustível como o etanol e agora o biodiesel.

Enfim, o comércio bilateral foi retomado com fôlego, desde o início do novo milênio, revigorando os negócios entre os dois países.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O centenário é uma oportunidade única de agradecer à sociedade brasileira, que tão bem recebeu nossos imigrantes japoneses.

Ontem comemoramos em grande estilo em Rolândia, as comemorações do IMIN 100. A comunidade nipo-brasileira e os brasileiros de diversos municípios do Paraná, participaram com muita alegria deste evento único e histórico.

Ali estavam juntos - selando com laços de ouro a integração Brasil/Japão - o Príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, o Governador Roberto Requião, ladeados das mais altas autoridades dos dois países que serviram de testemunhas para o escrever de mais uma página da história do Brasil e do Paraná.

Parte dessas autoridades estão aqui nesta tarde e entre elas o Sr. Toshizo Ido, Governador de Hyogo, província irmã do Paraná, quando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se sente orgulhosa em recebê-los e nas homenagens que aqui vamos fazer, procurar homenagear pioneiros e descendentes de imigrantes que souberam vencer as dificuldades e alcançar os louros da vitória.

Esta grande festa para comemorar os 100 anos da imigração japonesa no Brasil é mais do que uma justa e grande homenagem. Nesta ocasião podemos refletir sobre o presente e o futuro da comunidade nipo-brasileira que hoje mora no estado do Paraná.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Neste momento, assistiremos a apresentação artística do Grupo Wakaba, especialmente desenvolvida para as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, a música 100 Nen No Yume (Sonho dos Cem anos), será interpretada pela cantora Fernanda Yamamoto nesta cerimônia, sob a coordenação artística de Hermes Murakami e coreografia de Gisele Onuki.

(É feita a apresentação do Grupo Wakaba)

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É com satisfação e honra que concedo a palavra ao Sr. Toshizo Ido, Governador da província de Hiogo, província irmã do estado do Paraná.

Sr. Toshizo Ido - Governador da Província de Hyogo

O SR. TOSHIZO IDO

(Com tradução simultânea)

(Lê):

“Boa-tarde a todos aqui presentes.

Agradecemos profundamente a calorosa recepção da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representados pelos Srs. Deputados Nelson Justus e Luiz Hiroshi Nishimori. Estamos profundamente emocionados por estarmos presentes à cerimônia comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa, promovida pela tradicional e respeitada Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nesta oportunidade, mais de 100 cidadãos da província de Hyogo, compostos pelas Comitiva de Intercâmbio da Província de Hyogo, representado pelo Presidente

do Nippaku Kyookai, Sr. Nishimori; Comissão Parlamentar da província de Hyogo, representado pelo Deputado Yamaguti; Comitiva da Cidade de Kakogawa, representado pelo Sr. Tarumoto, Prefeito de Kakogawa; Comitiva da cidade de Nishinomiya, representado pelo Sr. Yamada, Prefeito de Nishinomiya, Comitiva da Cidade de Himeji, representado pelo Sr. Hirooka, Secretário de Finanças de Himeji e Sr. Yamana, Presidente da Comissão de Ensino de Himeji, estão visitando o estado do Paraná.

O navio Kasato Maru partiu do porto de Kobe com destino ao Brasil a 100 anos atrás e, desde então, os japoneses que imigraram ao Brasil, vencendo inúmeros desafios, formou a maior sociedade nikkei no exterior com mais de 1 milhão e 500 mil pessoas. No Paraná, são mais de 150 mil nikkeis em atividades. Foi possível sentirmos a confiança respeito que os nikkeis inspiram na sociedade brasileira. E a celebração dos 100 anos da imigração japonesa pelos brasileiros é a demonstração deste voto de confiança e respeito.

Apresento aqui minha homenagem à sociedade brasileira que acata a diversidade e aos nikkeis pelo trabalho incansável.

Ontem, foi celebrada a cerimônia dos 100 anos da Imigração no estado do Paraná na cidade de Rolândia, com a presença do Príncipe. Ficamos profundamente emocionados com a cerimônia preparada com muito carinho pelo paranaense. Foi possível sentirmos a performance dos paranaenses alicerçados em cooperação e atividade em grupo de diferentes povos e características.

A província de Hiogo e o estado do Paraná têm mantido um amplo intercâmbio desde a celebração do Tratado de Amizade em 1970, com o envio mútuo de comitivas, recepção de estagiários na área técnica, apoio na construção de Centro de Pesquisa Industrial e Tecnológicos, educação de Líderes da área de agricultura, tecnologia de conservação do meio ambiente. Agradecemos do fundo de nossos corações o apoio dos senhores ao avanço deste intercâmbio nestes 38 anos. Foi nos informado que este relacionamento com a província de Hyogo foi possível graças à decisão da Assembléia Legislativa em prol dos nikkeis. Solicitamos aos senhores a continuidade da cooperação entre ambos.

Para transmitirmos à geração futura a história da imigração japonesa nestes 100 anos e descobrirmos o sentido do intercâmbio exterior, resolvemos reformar e conservar o antigo Centro de Imigração de Kobe, onde os imigrantes passaram seus últimos dias no Japão. Desejamos transformar em Museu da Imigração para transmitir a história da imigração, como também um local de intercâmbio entre nikkeis que estão morando atualmente no Japão.

Ao enviarmos a Tocha da Amizade e trazermos 10 mil garrafas de Água de Kobe ao Paraná, desejamos fazer desta oportunidade o marco do sentimento de sonhos e esperanças de todos que partiram de Kobe para esta longínqua terra.”

Muito obrigado.

Realização das Homenagens:

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Paulo Gomes)

Neste momento, daremos início às entregas das homenagens oferecidas por este Poder Legislativo, que celebram e marcam esta data comemorativa.

Solicito aos Srs. Deputados Luiz Nishimori e Teruo Kato para que procedam as entregas do prêmio Kasato Maru às famílias dos Srs. Ryu Mizuno, *in memoriam*, representado por seu filho, Ryu Saburo Mizuno e Tomi Nakagawa, *in memoriam*, representado por sua filha, Eiko Nakagawa Itano.

Quero lembrar que em nossas mãos encontra-se um documento que faz parte do Memorial do Imigrante, porque é um documento do Kasato Maru, em que o Sr. Mário Ikeda é neto do Sr. Eitaro Ikeda, que foi Chefe da Delegação Japonesa que fazia parte do Kasato Maru quando tinha 20 anos de idade e veio para o Brasil imigrando juntamente com sua esposa Mitano, também japonesa, com 20 anos de idade. Portanto, ali está representado o testemunho histórico da presença da família Ryu Mizuno para ficar na história da imigração japonesa.

Também está presente a Sra. Tereza Resende, escritora do livro Ryu Mizuno.

(É realizada a entrega do prêmio a Ryu Saburo Mizuno)

Quanto à Sra. Tomi Nakagawa, ela foi a última remanescente do Kasato Maru, que por sinal é cidadã honorária do estado do Paraná, também por proposição do Deputado Luiz Nishimori, cujo título de Cidadã Honorária foi entregue a ela em Londrina, antes do seu falecimento no ano de 2006. A história se liga a esta homenagem que a Assembléia presta nesta tarde.

(É realizada a entrega do prêmio a Eiko Nakagawa Itano)

Neste momento os Deputados Luiz Nishimori e Teruo Kato procederão a entrega das menções honrosas, primeiramente ao Exmo. Sr. Toshizo Ido, Governador da Província de Hyogo.

(Lê termos da menção honrosa)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (Paulo Gomes)

Convidamos o Sr. Tadashi Nishimura para receber a menção honrosa das mãos do Deputado Teruo Kato.

(Lê os termos da menção) (É feita a entrega)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (Paulo Gomes)

Agora, para receber a comenda Kasato Maru das mãos dos Deputados Luiz Nishimori e Teruo Kato, convidamos S. Exa. o Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(É feita a entrega da comenda)

Convidamos, também, para receber a comenda Kasato Maru o Exmo. Sr. Desembargador José Antonio Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Convidamos para a entrega o proponente e autor da lei que institui o troféu Kasato Maru e a comenda Kasato Maru o Deputado Luiz Nishimori.

(É feita a entrega da comenda)

Lançamento do Selo:

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (Paulo Gomes)

Passamos, neste momento, para o lançamento do selo comemorativo ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, passando a palavra ao Sr. Itamar Ribeiro, Diretor dos Correios no Paraná.

Sr. Itamar Ribeiro

O SR. ITAMAR RIBEIRO

Presidente Nelson Justus, demais componentes da Mesa, Parlamentares presentes, senhoras e senhores:

Antes de procedermos ao ato de lançamento do selo, gostaríamos de expressar nossa satisfação em poder esta homenageando os 100 anos da imigração japonesa. Imigrantes que, com determinação e coragem, atravessaram o planeta e chegaram em busca de novas perspectivas de vida, enfrentando e vencendo inúmeras dificuldades - a cultura, a língua - e aqui estão dando sua contribuição para o Brasil, ajudando a construir este país e colocando o país na rota do desenvolvimento.

Muito obrigado a todos!

Convido, neste instante, o Presidente Nelson Justus para o lançamento deste selo postal.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (Paulo Gomes)

Neste momento, senhoras e senhores, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus, oblitera e assina a cartela, e as demais autoridades nominadas assinam a peça filatélica.

Está sendo lançado, neste momento, o selo comemorativo ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil IMIN 100, através dos Correios no Paraná. As autoridades estão obliterando e assinando a cartela com os selos que foram mostrados, há pouco, no telão. Está oficialmente lançado o selo comemorativo que estará à disposição nas agências dos Correios.

Agora, senhoras e senhores, o Sr. Itamar Ribeiro, Diretor Regional dos Correios no Paraná, fará uma homenagem com a entrega de um álbum comemorativo ao evento e uma coleção anual de selos dos Correios aos Srs. Toshizo Ido, Governador da Província de Hyogo; ao Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e, também, ao Sr. Luiz

Nishimori, Presidente da Comissão Executiva ao IMIN 100 no Estado do Paraná. É uma homenagem dos Correios com um álbum contendo uma coletânea do selo do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Para finalizar as homenagens desta tarde, convidamos as duas moças que representam aqui o Japão na sua característica, para entregar ao Deputado Luiz Nishimori uma Moção de Honra ao Mérito oferecida pela Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, pela organização e empenho nas comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil como seu Presidente.

Era só Sr. Presidente.

Encerramento da Cerimônia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero ao finalizar esta cerimônia, agradecer a todos os presentes, a todas as autoridades. De uma maneira muito especial à Banda de Música da Polícia Militar, do Grupo Wakaba, da imprensa, dos amigos aqui presentes. Quero render em nome desta Casa as nossas homenagens ao sempre Deputado Antonio Eno, que nos honra muito com a sua presença.

Quero dizer que esta Assembléia sentiu-se iluminada nesta tarde de hoje ao prestar uma homenagem tão significativa.

Convido a todos neste instante para ouvirem o Hino do Estado do Paraná, ao que ao seu término suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos, para em seguida darmos prosseguimento a nossa Sessão Plenária.

(Execução do Hino do Paraná)
(Sessão suspensa por cinco minutos)

Reaberta a Sessão, sob a presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Malucelli e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 225/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 860/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 226/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 815/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 227/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 228/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 035/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 229/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 808/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 1260/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que pede documentos e esclarecimentos sobre, a liberação de recursos para a Prefeitura de Imbituva, destinados a aquisição de um caminhão compactador de lixo, uma patrula e três caminhões basculantes. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1261/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que pede documentos e esclarecimentos sobre aquisição de caminhões de maquinários, através do Paraná Urbano, destinados às Prefeituras Municipais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 155/08

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado a criação de extensões da Biblioteca Pública de Curitiba para os bairros.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, indica ao Exmo. Sr. Governador, a criação de extensões da Biblioteca Pública do Paraná para o bairro Uberaba, e demais bairros de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Tal medida se justifica, pois os problemas sociais como: tráfico de drogas, alcoolismo, bandidagem, crescem entre os jovens. Esses problemas são graves e seriam amenizados se esses jovens estivessem ocupados tendo opções de lazer e cultura.

Combater esses males que afetam a vida dos jovens do nosso estado é um problema de todos.

Educação é o caminho para a melhoria das condições de vida dos jovens que estão marginalizados, pois os problemas não só a eles mas a toda a sociedade.

INDICAÇÃO Nº 156/08

SÚMULA:

Requer envio de ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a implantação de cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Pinheiro do Paraná, em Curitiba.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a implantação de cobertura na quadra poliesportiva do Colégio Estadual Pinheiro do Paraná, em Curitiba.

A quadra poliesportiva é utilizada não só para atividades pedagógicas, mas ainda como espaço de recreação para os alunos, e para festividades escolares. Tal aproveitamento, contudo, só pode ocorrer em dias de tempo bom, já que, por óbvio, em dias de chuva o seu uso se torna impraticável.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

INDICAÇÃO Nº 157/08

SÚMULA:

Requer envio de ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a implantação de cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Curitiba.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a implantação de cobertura na quadra poliesportiva do Colégio Estadual barão do Rio Branco, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A quadra poliesportiva é utilizada não só para atividades pedagógicas, mas ainda como espaço de recreação para os alunos, e para festividades escolares. Tal aproveitamento, contudo, só pode ocorrer em dias de tempo bom, já que, por óbvio, em dias de chuva o seu uso se torna impraticável.

INDICAÇÃO Nº 158/08

SÚMULA:

Requer envio de ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando reparos no alambrado da quadra poli esportiva da Escola Estadual Ângelo Volpato, em Curitiba.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando reparos no alambrado da quadra poliesportiva da Escola Estadual Ângelo Volpato, em Curitiba.

A quadra poli esportiva é utilizada não só para atividades pedagógicas, mas ainda como espaço de recreação, e festividades. Com a melhoria, as atividades esportivas e pedagógicas não seriam prejudicadas, além de pôr fim ao perigo, de cortes e ferimentos, que os alunos estão expostos quando se aproximam do alambrado danificado.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

INDICAÇÃO Nº 159/08

SÚMULA:

Propõe a construção de quadra coberta esportiva no Colégio Estadual Padre Antônio Vieira.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião - Secretário Estadual da Educação:

O Deputado Francisco Bühner dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

Solicita o apoio dessa Secretaria de Estado da Educação, no sentido de proceder estudo de viabilidade técnica e financeira para a construção de Quadra Coberta de Esporte no Colégio Estadual Padre Antônio Vieira, em São José dos Pinhais.

Esta unidade educacional encontra-se localizada na Região do Afonso Pena, uma das mais populosas do município e atende atualmente 1 mil 200 alunos.

Nossa solicitação atende manifestações da comunidade local que vislumbra tal realização, e neste sentido, reiteramos tal pedido.

Ainda, a construção dessa quadra de esportes irá proporcionar aos alunos, um ambiente adequado para as atividades pedagógicas, culturais e esportivas, auxiliando no processo educacional dos mesmos e incentivando-os a prática de esportes.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

INDICAÇÃO Nº 160/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Estado Chefe da Casa Militar a instalação do Bombeiro Comunitário no município de Querência do Norte.

Sr. Governador, Sr. Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao

Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná que determinem a instalação do Bombeiro Comunitário em Querência do Norte, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Bombeiro Comunitário (PBC), criado pelo Decreto nº 6072/06, estabeleceu pré-requisitos para os municípios com mais de 15 mil habitantes que a ele quisessem aderir. A cidade de Querência do Norte atende a todas essas exigências e está pronta para tomar demais providências que se fizerem necessárias para poder participar dessa louvável iniciativa do Poder Executivo Estadual.

Destaque-se, ademais, que esse município agrega em seu entorno municípios menores, os quais poderão usufruir da estrutura do PBC que vier a ser instalado em Querência do Norte. Vale sublinhar, ainda, que o crescimento desse município, seja do ponto de vista industrial ou populacional, já justifica que essa cidade esteja guarnecida por um Posto do Corpo de Bombeiros, de modo a propiciar maior segurança e qualidade de vida para os seus munícipes. Não bastasse isso, Querência do Norte, situa-se ao lado dos rios Paraná e Ivaí, fato que aumenta sobremaneira a necessidade da presença de um PBC nessa cidade.

INDICAÇÃO Nº 161/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Estado Chefe da Casa Militar a instalação do Bombeiro Comunitário no município de Terra Rica.

Sr. Governador, Sr. Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná que determinem a instalação do Bombeiro Comunitário em Terra Rica, pela razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Bombeiro Comunitário (PBC), criado pelo Decreto nº 6072/06, estabeleceu pré-requisitos para os municípios com mais de 15 mil habitantes que a ele quisessem aderir. A cidade de Terra Rica atende a todas essas exigências e está pronta para tomar demais providências que se fizerem necessárias para poder participar dessa louvável iniciativa do Poder Executivo Estadual.

Destaque-se, ademais, que esse município é cidade-pólo, que agrega em seu entorno municípios menores, os quais poderão usufruir da estrutura do PBC que vier a ser instalado em Terra Rica. Vale sublinhar, ainda, que o crescimento do município de Terra Rica,

seja do ponto de vista industrial ou populacional, já justifica que essa cidade esteja guarnecida por um Posto do Corpo de Bombeiros, de modo a propiciar maior segurança e qualidade de vida para os seus munícipes.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1687

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 778/07, por 02 Sessões.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1684

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja reservado o plenário desta Casa de Leis, para o dia 12/09/08, às 10h, com o devido fim de homenagear o SESCAP - Sindicato das Empresas de Serviço Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no estado do Paraná, pela passagem de seu 20º aniversário.

Congratulando-se o homenageado com Menção Honrosa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1658

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Paulina Djulinski Colman, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1659

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonilda Gonçalves da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Moreira Duarte, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1661

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Glaci Maria Gonçalves Franco, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Palmira Zander, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria Camargo Junior, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Beraldo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Deolando da Silveira Maia, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdecir Miguel Haile, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Tereza Borges de Campos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de votos de congratulações à Escola Estadual Aline Picheth, de Curitiba, na pessoa da sua Diretora, Professora Maria do Carmo Riekes, pela conquista do 1º lugar no Ranking das escolas brasileiras da rede pública da educação básica que alcançaram os melhores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2007, entre as séries finais do ensino fundamental, bem como seja remetida cópia desta moção à Direção do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No dia 21 de junho do corrente o Ministério da Educação divulgou a relação das escolas das redes públicas municipais e estaduais de ensino que alcançaram maior nota, em 2007, através de avaliação realizada pelo IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Entre os 399 municípios do Paraná que participaram, a Escola Estadual Aline Picheth, de Curitiba, localizada no Centro Cívico, foi a que melhor pontuação obteve entre os estabelecimentos que ofertam ensino de 5ª a 8ª séries em nosso estado.

Com este resultado, Curitiba está em segundo lugar entre as capitais brasileiras com a melhor média de 5ª a 8ª séries.

A Escola Aline Picheth, de administração estadual, com cerca de 290 alunos matriculados nas séries finais do ensino fundamental, conquistou a maior média por escolas, alcançando 6,2.

As redes públicas da educação básica que alcançaram índices acima de seis pontos estão no patamar dos países mais desenvolvidos e industrializados do mundo, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A meta do Ministério da Educação é que todas as redes alcancem seis pontos em 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil.

Cumprimentamos assim a todos os membros daquela comunidade estudantil, e deixamos registrado nos Anais desta Assembléia Legislativa, essa importante conquista para o estabelecimento, demonstrando com esse resultado, a direção, professores e funcionários, a sua dedicação, zelo e a preocupação em oferecer ao corpo discente um ensino de qualidade, reconhecido pelo Ministério da Educação.

REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Claudio Akio Namikata e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1652

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Marcos Takada e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Shiro Uchino e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1654

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Shigueru Endo e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1655

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Rosa Tanaka Zelaga e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1656

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Aracy Tanaka e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1657

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Noriko Endo Furman e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1676

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Edno Tadayuki Maruo e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1683

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Mario Suzuki e familiares, pelos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, ressaltando a contribuição de um século de convivência que fizeram parte da formação da identidade do país, numa verdadeira relação de trocas culturais, trazendo enriquecimento a toda nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de votos de congratulações e aplausos ao Dr. Dirceu A. Andersen Junior, advogado especialista em direito eleitoral, pela excelência do seu trabalho e relevantes serviços prestados a coletividade.

Requer, ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 1673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de votos de congratulações e aplausos ao Guitarrista Gustavo Guerra, vencedor do Guitar Idol 2008.

Requer, ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Gustavo Guerra, Guitarrista curitibano de 29 anos, se tornou o melhor guitarrista do mundo ao vencer o Guitar Idol 2008. Depois de passar por uma competição on line com outros 700 músicos de todo o planeta, Gustavo Guerra ficou entre os 12 melhores. E, no último sábado, venceu a finalíssima em Londres, com um júri composto pelos mais virtuosos guitarristas do mundo. Se trata de um talentoso músico que nasceu e reside em Curitiba e que nos encheu de orgulho como representante de nossa capital.

REQUERIMENTO Nº 1648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais legais e regimentais, REQUER à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Lunardon,

e ao Sr. Munir Karam, Diretor-Presidente da ParanaPrevicência, após ouvido o duto Plenário, informar:

- qual o percentual de reajuste concedido aos funcionários da ParanaPrevicência no ano de 2008?

- qual o percentual de reajuste concedido aos Diretores da ParanaPrevicência no mesmo período?

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 276/08**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual, o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abus-safi, com sede e foro na cidade de Londrina, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) ENIO VERRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abus-safi, com sede e foro na cidade de Londrina - Paraná.

A presente entidade foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade a assistência social, educação e promoção humana junto as crianças na faixa etária de zero a seis anos, através de atendimento gratuito na forma de Centro de Educação Infantil, sem preconceitos de origem raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 277/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Diploma Prefeitura Amiga do Meio Ambiente, a ser concedido anualmente à Prefeitura que desenvolver de forma mais significativa projetos e ações que vise melhorar as condições do meio ambiente no âmbito de seu território.

Art. 2º O Diploma a que se refere o artigo 1º, desta lei, será entregue ao Prefeito Municipal pelo Governador do Estado, anualmente no dia 05 de junho em solenidade comemorativa ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Art. 3º A escolha da Prefeitura a que se refere o artigo 1º será feita pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que institui o Diploma Prefeitura Amiga do Meio Ambiente, tem por objetivo incentivar os Prefeitos para coibir e punir os atos de poluição e agressão ao meio ambiente praticados em nossa cidade.

É fato que, infelizmente, multiplicam-se a cada dia as ações criminosas contra a natureza, tais como o corte ilegal de árvores, a colocação de lixo em locais impróprios e a contaminação de arroios e dos rios, por lixo doméstico e industrial. Muitas dessas verdadeiras tragédias ambientais sequer podem ser remediadas, tamanha a devastação e a extensão dos danos. Prova disso é que nosso rio e nossos arroios estão á beira da morte, como alertam os próprios órgãos ambientais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 278/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória, em todo território estadual, a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição para admissão em creches, escolas maternas, jardins de infância e no pré-escolar, da rede pública ou particular.

§ 1º A Caderneta de Saúde da Criança deverá estar atualizado em todos os itens de acompanhamento, no ato da apresentação.

§ 2º Em relação à situação vacinal, as crianças deverão estar imunizadas com todas as vacinas contidas no calendário básico de imunização.

Art. 2º Os pais ou responsáveis pelas crianças que já estiverem freqüentando os estabelecimentos, referidos no artigo anterior, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta lei, para a apresentação do comprovante exigido.

Art. 3º A observância do que dispõe esta lei será fiscalizada pelos Conselhos Tutelares Municipais.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, visa tornar obrigatória a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição em creches, escolas maternas, jardins de infância e dá outras providências.

O bem mais precioso que possuímos é a saúde, e um dos mais importantes meios para evitar doenças é a vacinação na infância. A prevenção de doenças desempenha um papel fundamental na obtenção de uma saúde perfeita. Afinal, alguns distúrbios comuns e mesmo inofensivos, característicos da infância, quando mal-curados, podem provocar danos irreversíveis.

E esta é a proposta do autor do projeto, pois com a medida, todas as crianças necessitam da carteira de vacinação atualizada para admissão em creches, escolas maternas, jardins de infância e no pré-escolar, da rede pública ou particular, estando desta forma imunizadas, garantindo assim uma vida mais saudável e com qualidade.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 279/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório, em anos eleitorais municipais e estaduais, a uniformidade de distribuição de verba de propaganda institucional.

Parágrafo Único. As verbas de publicidade, aplicada pelo Poder Executivo, deverão ser distribuídas, de maneira uniforme, em todos os meses do ano e não centralizadas em períodos pré-eleitorais.

Art. 2º Observando a legislação eleitoral que prevê a proibição de propaganda governamental, nos 3 (três) meses que antecedem a eleição, a distribuição, que trata o artigo 1º desta lei, deverá ser realizada uniformemente de janeiro a junho e de novembro a dezembro.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, observando a legislação eleitoral que prevê a proibição da propaganda governamental, nos 3 (três) meses que antecedem a eleição, a verba institucional, aplicada pelo Poder Executivo, deverão ser distribuídas, de maneira uniforme, em todos os meses do ano e não centralizadas em períodos pré-eleitorais.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 280/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído nas Unidades de Saúde do Estado do Paraná o Banco de Leite Materno.

Art. 2º Os Bancos de Leite Materno terão como finalidade:

I - coletar, após realizados os exames que comprovem sua qualidade, o leite materno excedente de mães que voluntariamente se apresentem para doá-lo;

II - fornecer gratuitamente o leite recolhido às mães que não o possuam em quantidade necessária ao aleitamento ou que tenham o aleitamento contra-indicado por questões médicas;

III - cadastrar e manter atualizado um serviço periódico de acompanhamento médico das doadoras e receptoras;

IV - desenvolver programas de acompanhamento às gestantes, com cadastramento das mesmas para atendimento médico periódico, e ciclos de palestras sobre o aleitamento materno e as finalidades dos Bancos de Leite.

Art. 3º Os Bancos de Leite Materno funcionarão conforme as normas técnicas preconizadas pelo Ministério da Saúde, tanto no que se refere ao lotacionograma quanto ao espaço físico, equipamentos e materiais de consumo e apoio laboratorial.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que institui nas Unidades de Saúde do Estado do Paraná o Banco de Leite Materno tem por finalidade a não interrupção do alimento materno.

Muitos são os prejuízos da interrupção precoce do aleitamento materno para a saúde infantil e, no tocante ao estado nutricional, a situação pode ser agravada pela não adequação da dieta do desmame. A OMS recomenda que as crianças devam ser amamentadas exclusivamente por cerca de seis meses (o que diminui substancialmente os riscos de infecções e mortes infantis neste período), devendo continuar a receber o leite materno até os dois anos de vida ou mais.

No Brasil, apesar de estudos evidenciarem uma tendência de aumento da prática da amamentação nas três últimas décadas, não faltam indícios de que ações de proteção, promoção e apoio à amamentação devem ser intensificadas, uma vez que estamos longe de atingir as metas propostas pela OMS.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 281/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado ao consumidor o direito de obter as informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos alcoólicos comercializados nos estabelecimentos comerciais situados no estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos, através dos fornecedores, irão afixar uma placa de identificação com nome, endereço, CNPJ, telefone, sites, e/ou e-mail, para que o consumidor possa confirmar a procedência ou realizar a reclamação, sugestão ou elogio do produto.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais que exibirem a marca ou a identificação visual de determinada empresa distribuidora somente poderão comercializar produtos adquiridos desta distribuidora, de modo a assegurar ao consumidor o perfeito conhecimento sobre a origem e a qualidade do produto adquirido.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais que induzirem o consumidor a erro, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo, para ser vendido, produto de distribuidora distinta daquela cuja marca ou identificação visual ostenta, ficarão sujeitos ao pagamento de multa, nos termos do artigo 57, parágrafo único, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CPDC, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais e administrativas aplicáveis.

§ 1º A apuração dos valores para aplicabilidade da multa referida no *caput* deste artigo e, de que trata o parágrafo único do artigo 57 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CPDC será realizada com base no movimento de venda de produtos no período de 30 (trinta) dias que antecederem a constatação da infração.

§ 2º O PROCON/PR fica autorizado a requisitar do estabelecimento autuado todos os documentos necessários à comprovação da movimentação de compra e venda no período acima mencionado.

§ 3º Nos casos de reincidência, a(s) multa(s) será(ão) em dobro da(s) aplicada(s) da primeira autuação.

§ 4º Sendo constatado, após a multa de reincidência que o estabelecimento não providenciou, dentro dos prazos legais, as medidas necessárias para regularização dos dispositivos desta lei, fica o órgão público competente autorizado a fechar o estabelecimento comercial infrator e cassar o Alvará de Funcionamento, por tempo indeterminado, até a superação das ilegalidades constatadas.

§ 5º Para a cessação imediata das sanções estabelecidas nesta lei, o estabelecimento comercial deverá sanar as ilegalidades existentes.

Art. 4º Os estabelecimentos comerciais de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Os estabelecimentos comerciais em todo o estado do Paraná deveriam sempre informar ao consumidor, de maneira clara, precisa e ostensiva, a natureza, a procedência e a qualidade dos produtos que comercializam. O direito à informação, já cobrado pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078, de 11/09/90).

O intuito principal desta matéria e, para que os estabelecimentos sejam mais transparentes com os consumidores e possam combater eventuais sonegadores ou produtos falsificados - a chamada procedência, e não sejam responsáveis pela ganância de aumentos de lucros de algumas distribuidoras e fornecedores que modificam seus produtos para auferir maiores resultados.

Devido a grande quantidade de falsificação, sonegação, desvio de cargas e contrabando, este projeto é uma garantia ao erário público, ao consumidor e concorrência leal os estabelecimentos sérios exibirem a marca ou a identificação visual de determinada empresa fornecedora/distribuidora, somente assim poderão comercializar produtos adquiridos desta distribuidora, assegurando ao consumidor o perfeito conhecimento sobre a origem e a qualidade do produto adquirido.

Os estabelecimentos que induzirem o consumidor ao erro, vendendo, expondo à venda, ocultando ou recebendo, para ser vendido, produto de distribuidora e ou fornecedora distinta da marca ou identificação visual a qual ostenta, ficarão sujeitos ao pagamento de multas. Os valores das multas terão, como base, o movimento de venda dos produtos no período de 30 dias que antecederem a constatação da infração, cabendo ao PROCON requisitar do estabelecimento autuado todos os documentos necessários à comprovação desta movimentação.

PROJETO DE LEI Nº 282/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11580 de 14/11/96:

I - Acrescente-se alínea "a", ao inciso II, do parágrafo 7º, do artigo 25, com a seguinte redação:

"Art. 25...

§ 7º...

a) nos casos de aquisição de veículos com capacidade acima de quatro toneladas ou equipamentos para integrar o ativo imobilizado do requerente, poderá o contribuinte, a título de pagamento, a fornecedores desses bens, transferir o crédito existente em conta gráfica, sem

autorização prévia da autoridade competente, ficando o transferente obrigado a requerer a essa mesma autoridade, no prazo de 15 dias da data da emissão da nota fiscal de transferência do crédito, comprovando com documentos que demonstrem a idoneidade dos referidos créditos transferidos, sob pena das sanções previstas no artigo 55, parágrafo 1º, inciso III, alínea "b" da Lei 11580/96."

II - Revogue-se o parágrafo 2º do artigo 27.

III - Altere-se o inciso IV, do artigo 29, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - for objeto de operação ou prestação subsequente com redução de base de cálculo, hipótese em que o estorno será proporcional à redução, exceto se for de origem do abate de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e aves."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/06/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Devido aos dispositivos contidos no Decreto nº2736/96 e 1980/07, as empresas que promovem abates para terceiros, bem como os encomendantes desses abates, acumulam grandes quantidades de créditos do ICMS, sem que possam utilizá-los para pagamentos de fornecedores ou aquisições de bens, em suas contas gráficas pela peculiaridade do sistema de cálculo do imposto devido para essa categoria, gerando assim grandes custos financeiros sem retorno de tipo algum para os possuidores de saldo credor em conta gráfica.

Caso esses créditos fossem autorizados, essas empresas poderiam adquirir caminhões e equipamentos novos, gerando mais empregos e melhorando a atividade industrial, conseqüentemente, gerando mais receita ao erário público, sem que seja necessário qualquer tipo de financiamento ou benefício fiscal para esse frigoríficos.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares desta Casa de Leis, o pleno apoio a esta matéria, o que acarretará em desenvolvimento para o estado do Paraná, fomentando ainda mais nossa pecuária.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

(Todas as Lideranças declinaram.)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Após a realização de uma cerimônia tão importante, por conta deste evento que acontece não só durante estes dias, mas neste ano de 2008, quando comemoramos os 100 anos de imigração japonesa no Brasil, eu não poderia deixar de registrar minha satisfação pela contribuição que a colônia japonesa, especialmente a toda a civilização, a importância desta etnia no processo civilizatório.

Entendo que temos que reconhecer que o Brasil, o estado do Paraná, não seriam os mesmos se não tivéssemos contado com esta imigração, do ponto de vista da formação, especialmente do nosso chamado Paraná Paulista, porque se teve uma gente determinada, que construiu a história da colonização do estado do Paraná, foram os japoneses.

E digo isto, Deputado Teruo Kato, V. Exa. que é um descendente, de ter sido eu um neto de imigrantes italianos, mas de ter tido desde minha primeira infância a oportunidade de ter convivido justamente com os descendentes de japoneses.

Nasci na rua Belém e quase que fiquei mesmo, era uma brincadeira nossa de criança, puxar os olhinhos, deixá-los rasgados, mas os meus vizinhos, meus amigos de infância, eram os Tanaka, os Taketoni, eram na verdade filhos e netos de japoneses. Quando eu era menino eu ia na escola japonesa, tomava banho de ofurô e dentro da lógica que japoneses têm, são pessoas que vivem de uma forma objetiva, simples, eficaz e que a arrogância não tem vez, são pessoas que têm na simplicidade, justamente, a grande força de sua etnia.

Convivi e vi desde criança, muito menino, justamente isto, e para mim foi muito importante, foi fundamental na minha formação, justamente aquilo que eu podia aprender. Além disso, é claro, entendo que a nossa cultura deve muito à imigração japonesa. E quem é do norte do estado do Paraná, especialmente, como eu, sabe desta importância. Aqui em Curitiba mesmo, que temos uma colônia, uma população em menor número, mas penso que existem aqui entre 5 e 10 mil pessoas que devem ser descendentes, e até tivemos um Prefeito, que foi o Cássio Taniguchi, que era neto de imigrantes.

As imigrações fizeram com que o nosso Paraná pudesse ser o que é, por conta desta diversidade.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)

Agradeço o aparte. Quero me somar ao posicionamento de V. Exa. acho que esta homenagem prestada aqui faz jus a uma parte da história do nosso Paraná e, com certeza, do Brasil. Acho que a comunidade japonesa fez por merecer as homenagens que estão acontecendo hoje, por ocasião da comemoração dos 100 anos da imigração japonesa.

Como Exa. frisou, acho que as imigrações, de forma geral, contribuíram decisivamente para que o Brasil se tornasse a nação que é. Parabênzulo a V. Exa. e acho que a Assembléia Legislativa, hoje à tarde, não teve a Sessão normal como deveria ter, mas cumpriu com uma importante parte do nosso trabalho, porque representamos a população do Paraná e não há como ficar alheio a essa homenagem que o Brasil faz à imigração japonesa nestes dias em que estamos passando.

Obrigado pelo aparte e V. Exa. está sendo muito feliz na tarde de hoje em complementar, com o seu pronunciamento, a homenagem que tivemos nesta Casa!

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Augustinho Zucchi.

Há pouco conversava com o Dr. Mario Ikeda, que é neto do Sr. Eitaro Ikeda, que recentemente votamos aqui um projeto de lei que denominou uma trincheira sob a BR-369, um projeto de nossa autoria a esse imigrante que foi um dos passageiros, um dos que vieram no navio Kasato Maru. E o fato é que esse tema que envolve as colonizações é muito interessante, porque se formos ver os Líderes positivistas do final do século XIX e início do século XX, como Clóvis Bevilacqua, eles justamente foram buscar na possibilidade de fazer com que o Brasil pudesse receber as imigrações de regiões do mundo, especialmente da Europa, muito por conta de que já havia uma superpopulação em relação à possibilidade de produção agrícola daquele momento, da escala de produção que tinham a Itália e outros países do mundo, como o Japão, e foi interessante pela teoria desenvolvida, a Teoria do Haiti. Era a preocupação que se o Brasil não sofresse uma miscigenação muito forte, não sofresse uma corrente imigratória forte de população de outras etnias, nós poderíamos, por conta da origem do nosso país, da população, que são justamente os indígenas, somados aos portugueses degradados e aos negros escravos que vieram do continente africano, se não tivéssemos recebido as imigrações européias, japonesas e outras etnias que para cá vieram, certamente não teríamos o país que temos hoje.

Então, vejam a inteligência estratégica de se olhar ao redor e ter essa perspectiva do processo civilizatório ocorrendo em um país que, naquela época, tinha aproximadamente 400 anos.

Então, o fato é que temos que reconhecer o processo histórico e tem muita gente que, às vezes, atropela um pouco, achando que a história começou quando ela nasceu, quando ele se situou enquanto pessoa. Temos que reconhecer que a contribuição das pessoas no processo civilizatório, individualmente, é quase nenhuma, embora algumas possam ter feito grande diferença, por exemplo no Japão, quem foi eliminado ao dizer. “O Brasil é uma alternativa. Como é que vamos preparar a nossa ida, onde vamos trabalhar?” E aí vieram trabalhar fundamentalmente nas lavouras cafeeiras como substi-

tuição da mão-de-obra que havia deixado o campo, as fazendas, que era a mão-de-obra da população negra, da população escrava, que veio para as cidades e - como todos sabem - foi aí que nasceram inclusive as primeiras favelas, quando a população negra saiu das fazendas e foi substituída pela mão-de-obra branca, fosse ela européia ou ainda os que vieram do oriente. Mas, coloco isso porque entendo que é o momento de reflexão de onde viemos e para onde vamos. Onde queremos chegar dentro desse processo civilizatório?

Aí, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero ainda parabenizar publicamente o Presidente da Comissão de Justiça desta Casa, o Deputado Durval Amaral. Foi muito importante hoje o Seminário realizado sobre a PEC da Reforma Tributária, que está sendo discutida e provavelmente será votada ainda este ano no Congresso Nacional.

Tivemos dois debatedores do mais alto nível, o Dr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, e o professor Clemerson Merlin Cleve, que é Doutor em Direito Constitucional e seguramente uma das figuras mais ilustres do mundo acadêmico e jurídico do nosso estado e país.

Gostei muito da palestra feita pelo Secretário Heron Arzua. Parece que, ao longo dos anos, ele está cada vez mais refinado, do ponto de vista da capacidade da análise, extremamente pragmático, neste momento, reconhecendo que é necessário colocar um ponto final naquilo que envolve a guerra fiscal. Mas fez uma análise das circunstâncias em relação ao momento que o país vive e discute a reforma tributária.

E de outro lado um acadêmico, alguém que tem, de fato, uma contribuição importante para a discussão, para a luz da constitucionalidade daquilo que estamos discutindo.

Tive o privilégio de ter sido aluno do professor Clemerson. Ele é, seguramente, digo isso por conhecê-lo e por saber a sua importância no mundo acadêmico, uma referência nacional. Ele e o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Ferreira Mendes, foram os primeiros a tratar do tema do controle da constitucionalidade, no sentido abstrato.

Quero aqui dizer que esta Casa tem que refletir muito. Vocês viram que, um dos Poderes que perde muito, do ponto de vista da possibilidade de intervir a favor da sociedade, é o Poder Legislativo. O Legislativo vai poder parar de influenciar nas políticas fiscais do estado.

Perdem os Governadores de todos os estados. Perdem as Assembléias Legislativas. Esvazia-se a luz da troca de uma segurança do aumento da receita, embora ache que não haverá aumento da carga tributária.

Vamos estar congelando desigualdades, na medida que os estados mais industrializados vão permanecer como tal. E vão retirar dos estados a capacidade de poder, de fato, promover o desenvolvimento econômico através de uma política fiscal eficaz. No Paraná somos tímidos para isso. Não promovemos guerra fiscal, mas temos nos defendido dela. Qual é a preocupação levantada pelo professor Clemerson? É a questão do pacto federativo. O

Brasil não é um estado unitário. É um estado federado. O Brasil é um dos poucos países do mundo onde o município também é um ente federado.

Temos que reconhecer que, se for de fato mantida essa vinculação hoje à definição das alíquotas, elas vão estar consagradas no texto constitucional. E, o mais interessante é a classificação dos produtos para enquadrar nas alíquotas de 2, 7, 12, 18 e 25%, não serão as Assembléias Legislativas que definirão a pauta dos produtos enquadrados.

Quem vai definir isso será o CONFAZ. O que é o CONFAZ? É o Conselho das Autoridades Fazendárias do país. Imagina, os Governadores dos estados eleitos com a legitimidade do poder, ou seja, poder constituído que é por conta do voto do povo. Podemos ter nossas divergências, mas todos que foram eleitos aqui, desde o que foi mais votado até o menos, se é Situação ou Oposição não tem importância nenhuma, aqui cada um é parte da representação do povo. Somos representantes.

Daqui a pouco, pela PEC 233, que está sendo discutida no Congresso Nacional, se retira das Assembléias Legislativas a possibilidade de estar discutindo a política tributária e transfere a competência das Assembléias e dos Chefes do Poder Executivo para o CONFAZ que é, na verdade, integrado pelo Secretário da Fazenda do Estado que, como ele mesmo disse hoje, não teve nenhum voto, como nenhum Secretário da Fazenda teve. Então, vejam, onde nós estamos. Não é a circunstância e nem a oportunidade de podermos, de fato, de forma pragmática, querer superar a guerra fiscal. Temos que pensar muito bem em relação ao pacto federativo, à autonomia dos estados e, fundamentalmente, à capacidade desta Assembléia poder intervir nos assuntos que envolvem a órbita fiscal do estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está rigorosamente correto nas suas afirmações. A preocupação é de todas as Assembléias no Brasil inteiro.

Quero de público, cumprimentar não só o Presidente da CCJ, o Deputado Durval Amaral, mas todos os membros da CCJ que promoveram, hoje pela manhã, esse encontro extraordinário, muito oportuno e riquíssimo em sabedoria por dois amigos da Casa. Realmente, quero deixar patente o agradecimento da presidência da Assembléia a dois amigos da Assembléia: o Secretário Heron Arzua e o professor Clemerson Cleve. Realmente, são duas pessoas que sempre estiveram ao lado da Casa, nos assessorando, nos auxiliando, nos orientando e tenho que tornar público este agradecimento. Novamente, aqueles Deputados que tiveram, hoje pela manhã, o privilégio de participar dessa Audiência Pública saíram enriquecidos, sem dúvida nenhuma.

De igual maneira, esta Casa, que começou cedo hoje seus trabalhos, obteve a visita do Secretário da Saúde, o Dr. Gilberto Martin, numa reunião no gabinete do presidência, com o Conselho de Oftalmologia e representantes desta classe, para que se tomem providências regulamentando questões pontuais ao setor. Portanto, as nossas homenagens a essas ilustres autoridades, a esses extraordinários paranaenses que contribuem para que esta Casa faça seu papel.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Num gesto democrático de V. Exa., para que não me inscreva nas Explicações Pessoais, quero parabenizar V. Exa. Deputado Nelson Justus que esteve em Londrina, em Rolândia, recepcionando o Príncipe do Japão e pela magnífica Sessão que tivemos, há pouco, em homenagem a colônia nipo-brasileira. Nossa homenagem aos nossos colegas Deputados Nishimori e Teruo e a essa colônia, Sr. Presidente, que se destaca hoje em todos os segmentos. Japonês é um povo trabalhador. Cansei de ouvir que até numa determinada área de terra que não produz nada, põe na mão de um japonês que ele faz milagre. Milagre ele faz pelo trabalho.

Os descendentes dos japoneses estão alcançando grande espaço no Brasil pela inteligência e pela competência. O japonês, de um modo geral, é um povo apegado ao trabalho e o nosso respeito, a nossa homenagem a essa grande colônia que tem ajudado o Paraná e o Brasil, a colônia nipo-brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Malucelli Neto.

Liderança do Oposição: Deputado Luiz Malucelli (PSDB)

O SR. LUIZ MALUCELLI

Boa-tarde Sr. Presidente Nelson Justus, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria também de me somar e parabenizar o Deputado Nishimori e o Deputado Teruo, pela organização dos 100 anos da chegada dos japoneses no Brasil. Festa maravilhosa hoje pela manhã lá na Praça do Batel, onde foi reinaugurada. Ficou muito bonito, quero parabenizar a equipe da Prefeitura de Curitiba.

Mas, trago uma notícia importante no setor da Educação e provo mais uma vez que quando se faz política com seriedade, temos sim condições de fazer do nosso país e da nossa cidade, um país e uma cidade melhor. Digo isso porque quero parabenizar a Secretária da Educação de Curitiba, Sra. Eleonora Fruet e que se fosse de outro partido estaria ocupando esta tribuna para parabenizá-la do mesmo jeito. Mas, tenho a felicidade de ser a Eleonora Fruet do PSDB, nossa companheira,

Secretária da Educação do Prefeito Beto Richa. E que foi eleito como melhor ensino público entre as capitais do país pelo 2º ano consecutivo.

Isso para nós é uma vitória e um exemplo de como se pratica um trabalho sério, com dedicação, principalmente, Deputado Belinati quando se trata de educação dos nossos filhos. Porque se falávamos do Japão agora a pouco, foi através da educação de ensino integral que o Japão saiu para ser essa potência que é mundialmente, quando no pós-guerra foi investido pesadamente na Educação. E assim se fez na Espanha, assim se educa com sistema integral na Irlanda que hoje tem um PIB quase maior que a sua coirmã Inglaterra. O Chile com números hoje de um PIB europeu, é o que é porque se investiu demais na educação do seu povo.

Curitiba acaba de receber pelo desempenho da educação como o melhor ensino entre as capitais brasileiras no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica o IDEB. A capital do Paraná obteve o índice de 5,1 na avaliação do IDEB feita em 2007 entre alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. O resultado foi divulgado na sexta-feira - 20 - pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. O índice de Curitiba ficou acima da média nacional de 4,2. Curitiba subiu 0,4 pontos em relação à avaliação anterior, quando teve o índice de 4,7.

Essa conquista de Curitiba de ter o melhor ensino do país é fruto do trabalho, que vem sendo feito desde o início da atual administração, de fazer diagnósticos profundos e constantes, para buscar informações que mostrem a realidade de cada escola, suas experiências, suas necessidades.

Falo também da rede municipal de bibliotecas escolares de Curitiba. Projeto inédito no país, prevê a implantação de bibliotecas em todas as escolas municipais. Comemora os resultados avançados nesse primeiro ano da existência da rede além de implantar bibliotecas visa promover projetos de literatura, interligar as bibliotecas aos faróis do saber, adquirir novos livros, catalogar acervos, capacitar os profissionais que trabalham no atendimento desses espaços. Em 2005, a rede de ensino de Curitiba tinha 23 bibliotecas. Número que até o fim de 2008 chegará, Deputado Alexandre Curi, a 150 novas bibliotecas. O acervo das bibliotecas, está hoje com 533 mil e 122 exemplares cadastrados, das mais diversas áreas de conhecimento. Parabéns mais uma vez à Secretaria de Educação Municipal.

Desde 2005 a Prefeitura construiu 10 novas escolas, 19 creches que abriram 18 mil novas vagas, na rede municipal de ensino de Curitiba. Quero salientar também, parabenizar mais uma vez a equipe pelos programas como: Mama Nenê, Comunidade Escola, que abre as portas das escolas nos finais de semana, proporcionando atividades para todas as faixas etárias. A rede municipal de bibliotecas escolares, memória de rede municipal de ensino, o projeto escola e universidade que fornece bolsas-auxílio pagas para professores que desenvolvem projetos diferenciados em sala de aula.

Quero em especial cumprimentar a Escola Municipal São Luiz, do Núcleo Regional do Portão, sob a chefia da Sra. professora Elizabet Dubas como o melhor ensino médio do Paraná, com nota 7.1, e o melhor índice de desempenho da educação básica no Paraná, em 2º lugar, também a escola Municipal Desembargador Marçal Justem com média 7. Quero também parabenizar: a equipe da professora Eleonora Fruet - Diorlanda Stoco, Maria Verônica da Silva, Elizabete de Camargo Rodrigues, Antonio Ulisses Carvalho, Vivian Rita Meza Siqueira, Cezar de Oliveira, Maria Elizabeth S. Teixeira, Elizabete Dubas Laskoski, Maria José Ripol Diniz Serenato e Edson Pinheiro. Parabéns às Sras. professoras pelo trabalho que vem desenvolvendo. Só tiraremos este país da situação que se encontra através da educação.

E peço aqui como Deputado Estadual do PSDB, o pedido que fez estes dias o Senador Osmar Dias, na sede do PSDB, para que nós possamos, Presidente Valdir Rossoni, que na próxima gestão do Prefeito Beto Richa, nós tenhamos na capital do Paraná o ensino integral para alcançarmos, definitivamente, a excelência em educação do nosso estado.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Luiz Malucelli, primeiramente parabéns pelo entusiasmo com que V. Exa. festeja esse feito notável da Secretaria da Educação do município de Curitiba, na gestão do Prefeito Beto Richa. Concorro plenamente com V. Exa., que o caminho para se resolver uma grande parte ou para se eliminar uma grande parte da miséria do povo é, sem dúvida nenhuma, a educação, educação com qualidade.

Em se falando em qualidade, o que seria uma qualidade? Pagar bem o professor - sim. Fazer treinamento dos professores também, para que eles estejam sempre bem atualizados com os avanços na área de Educação. Ter a escola bem equipada, pintadinha, tudo bem organizado. Hoje com essa tecnologia, com internet e tudo, e então são uma série de fatores.

E eu peço permissão a V. Exa. para destacar que ao tempo em que ocupei o cargo de Prefeito de Londrina, por 13 anos, nunca nomeado pelos homens da ditadura, mas sempre eleito pelo voto popular, priorizávamos a educação. Eu construí mais de 50 escolas em londrina e os nossos professores tivemos o orgulho - na nossa gestão como Prefeito - de pagar o 2º melhor salário de todo o Brasil para os professores. Pagávamos melhor que o Governo do Paraná, do que o próprio Governo Estadual de São Paulo, melhor que a Prefeitura de Curitiba, melhor que a Prefeitura de São Paulo, melhor que a Prefeitura do Rio de Janeiro, porque o professor, é aquilo que dizemos, ele não trabalha somente no momento que está dentro da sala de aula, não. Ele tem que preparar aula, tem que corrigir a tarefa dos alunos, tem que preparar prova, tem que corrigir as provas e é por isso que muitas vezes o professor até

entra em depressão, passa os momentos finais da sua carreira até tomando remédio, muitas vezes até antidepressivo, porque é pesado o professor comandar uma sala de aula.

Daí a obrigação de todos nós, autoridades, de fazer o que V. Exa. está pregando que é valorizar a educação no Brasil e esta valorização passa, obrigatoriamente, pelo respeito e pela valorização dos nossos professores.

Parabéns.

O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Belinati. É por isso que Londrina lhe chama de volta.

Obrigado a todos.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 155/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a criação de extensões da biblioteca pública de Curitiba para os bairros. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 156/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Secretário de Estado da Educação, a implantação de cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Pinheiro do Paraná, em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 157/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Secretário de Estado da Educação, a implantação de cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 158/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Secretário de Estado da Educação, reparos no alambrado da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Ângelo Volpato, em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 159/08, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Secretário de Estado da Educação, a construção de quadra coberta esportiva, no Colégio Estadual Padre Antônio Vieira, em São José dos Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 160/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, e ao Sr. Secretário Chefe da Casa Militar do Paraná, a instalação do Bombeiro Comunitário, no município de Querência do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 161/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, e ao Sr. Secretário Chefe da Casa Militar do Paraná, a instalação do Bombeiro Comunitário, no município de Terra Rica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Enio Verri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social de Paulo Frontin, estado do Paraná, com sede no município de Paulo Frontin, e foro na comarca de Mallet. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, fica instituído o Programa Estadual de Aprendizagem do Jogo de Xadrez - PAX, na rede pública estadual de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, da nova redação ao *caput* dos artigos 152, 154 e 156 da Lei Estadual nº 15608/07, os quais tratam das sanções administrativas aplicáveis ao licitante e/ou contratado. COM PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/08, que objetiva dar Nova Redação ao artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03. (Agente de Aviação). COM PARECERES DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos De Lei). **Aprovado**, com o voto contrário do Deputado Tadeu Veneri.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 533/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Malucelli, dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28/08/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 533/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 533/07 de autoria do Deputado Luiz Malucelli que dispõe sobre Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13/11/07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 778/07, DE autoria do Deputado Edgar Bueno, que concede o título de Cidadão Honorário do estado do Paraná ao Sr. Hylo Francisco Bresolin. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 140/07, de 31/10/07, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 778/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Edgar Bueno propõe a distinção honorífica ao Sr. Hylo Francisco Bresolin nascido em 02/02/31 na cidade de Espumoso/RS. Formado em odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exerceu a profissão até obter aposentadoria. Sua família chegou a Cascavel no ano de 1974, passando a desenvolver notáveis ações junto à comunidade local e regional. Entre importantes funções que ocupou registra-se a de Presidente da ACIC (Associação Comercial e Industrial de Cascavel), fundador da CACIOPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná), um dos fundadores da FERROESTE, Curador do Conselho da antiga FECIVEL (atual UNIOETE), Vice-Presidente do Conselho Superior da FACIAP (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná) e há 18 anos Presidente do CEMIC (Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade Renato Festugatto).

Fundamentação

Pela Lei nº 13115 de 14/02/01 em seu artigo 1º é concedido o título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos enumerados nesta lei. Assim dispõe o artigo 1º:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Quanto à competência legislativa a mesma lei em seu artigo 2º assim dispõe:

Art. 2º. Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do estado do Paraná.

No Mérito

Ante ao exposto verifica-se a plena competência aferida a esta Casa para iniciativa do presente projeto de lei.

Quanto aos requisitos exigidos para a titulação o homenageado indiscutivelmente pelo currículo apresentado e pelos relevantes serviços prestados a sociedade paranaense, enquadra-se perfeitamente nos termos da Lei nº 13115 de 14/02/01.

Conclusão

Diante da constitucionalidade, legalidade e estando o presente projeto de lei enquadrado dentro dos parâmetros da boa técnica legislativa previstos na Lei nº 095/98, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1687, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 778/07.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/08, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. (**Publ. no DA nº 037/08, de 23/04/08, em Mensagens**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 168/08

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 168/08 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a abrir crédito especial até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei nº 15750, de 27/12/07, para criação de projeto orçamentário objetivando a Integralização de Capital na Agência de Fomento S/A.

Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado.

Os artigos 65 da Constituição do Estado do Paraná, asseguram ao Governador do Estado, iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

Artigo 133, inciso II e III c/c 134 da Constituição Estadual, demonstra que a matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado, devendo ser apreciado pela Assembléia Legislativa:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 3º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do estado.

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

Assim, fica demonstrado que a matéria apresentada neste projeto de lei, é de competência administrativa do Governador do Estado, uma vez que trata crédito especial até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ao Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07.

O Governador do Estado tem competência privativa resguardada pelo artigo 87, incisos IV e XIX, da Constituição Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizados pela Assembléia;

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado pelo Governador, pois o mesmo tem prerrogativa e competência para a proposição de lei estadual, para realizar operações de crédito.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 27/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 168/08

P A R E C E R :

O presente projeto busca autorizar o Poder Executivo a abrir Crédito Especial até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ao Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ, e foi encaminhado a esta Comissão, para que se proceda ao estudo sob o viés financeiro.

A propositura tem por fim abrir crédito para o estado do Paraná, na Administração Direta, sendo que a mensagem detalha, de modo necessário, a destinação da verba entrante. No que tange à origem do crédito buscado, importante que se destaque o constante no artigo 2º do texto do projeto, no qual se diz que servirá como recurso "...quaisquer das formas previstas no artigo 43, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64...". Cabe portanto, transcrever tal passagem legal:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Evidencia-se, pelo próprio texto da lei, que aqueles recursos oriundos de anulação de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, só poderão ser autorizadas por lei, em sentido formal, qual seja, com a aprovação desta Casa de Leis. Assim como se destaque que no inciso IV, também deverá se empregar forma que seja juridicamente apta a possibilitar a atuação do Poder Executivo para essa permissão de acerto creditícia.

Em seu texto original a mensagem não contempla qual fonte será cancelada para que se dê vez para a abertura creditícia visada. Por isso, foi realizado contato, em 16/06/08, com a Liderança do Governo nesta Casa de Leis para que se pudesse aclarar esse ponto. Como resposta, foi dito que o documento será acostado durante o trâmite regimental desse projeto nesta Casa de Leis.

Sendo assim e frente à relevância do projeto nosso parecer é pela aprovação, ressaltando-se que o documento faltante será anexado na sequência, consoante informado, para que se formalize assim requisito legal destacado.

Sala das Comissões, em 16/06/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 168/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 013/08, para este Legislativo, a fim de ser

apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, para criação de projeto orçamentário objetivando a Integralização de Capital na Agência de Fomento S/A.

Os recursos de que trata este crédito especial no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), prende-se ao fato de que a Agência de Fomento S/A, deve receber do Governo do Estado do Paraná os montantes estabelecidos pelo Contrato de Gestão dos Ativos do Banco do Estado do Paraná e pela Gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Os recursos para cobertura dos créditos serão provenientes do cancelamento de recursos originalmente previstos para pagamento dos Serviços da Dívida, e suplementados para Integralização de recursos na Agência de Fomento na Fonte 100 - Recursos Ordinários - Não Vinculados de forma que não seja alterado o Grupo de Fontes.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Da Fundamentação do Parecer

A proposta era em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade nas duas Comissões.

A autorização legislativa para abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

Art. 135. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17/06/08.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Discutir)

Sr. Presidente, na sua constitucionalidade vamos votar a favor, lógico, aquele projeto chega a esta Casa, sabemos que todos os Parlamentares têm as suas tarefas neste momento, a última semana que antecede as

convenções municipais. Esse projeto, na questão do mérito, quando vamos discutir, vamos ver se ainda há tempo para que possamos fazer um estudo em relação àquele crédito especial que o Governo está pedindo, porque é da Agência de Fomento. Já tinha tramitando um projeto nesse sentido, mas quanto à sua constitucionalidade, somos favoráveis. Quanto ao mérito, vamos ver se vamos ter tempo ainda suficiente de fazer um estudo mais aprofundado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1648, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Deputado Douglas Fabrício, nesse requerimento que foi fruto até do pronunciamento que ele fez na semana passada, porque havia uma informação que teria sido concedido um reajuste para os Diretores da ParanaPrevidência, no percentual de 20%. Eu, de posse do requerimento, solicitei à ParanaPrevidência as informações e ela tem, até para que possamos esclarecer o tema.

A diretoria da ParanaPrevidência teve um reajuste do percentual de 7%, que é o índice acumulado do INPC dos últimos 24 meses. Vejam bem que é um período de dois anos, e não apenas de um ano somente.

Como V. Exa. sabe, também os funcionários da ParanaPrevidência são regidos pela CLT, o seu reajuste é fruto do acordo coletivo de trabalho que é firmado entre o sindicato patronal e o sindicato dos trabalhadores. Para eles foi aplicado o último reajuste, de 4,8%, em julho. Julho é a data base da categoria. Então, eles já tiveram o reajuste de 4,8% e certamente deverão ter outro reajuste num percentual muito próximo desse, neste ano, para julho de 2008, que é a correção anual dos salários de acordo com o que prevê o regime jurídico, no caso o regime celetista.

Entendo que os esclarecimentos aqui demonstram claramente que nos últimos 24 meses, 7% de reajuste para os Diretores da ParanaPrevidência, que também é um Plano de Cargos e Salários que inclui os Diretores e o Presidente. Além disso os empregados celetistas da ParanaPrevidência.

Era isso, Sr. Presidente. Penso que o tema está esclarecido para o Deputado Douglas Fabrício e esclarece, de forma bem pontual, a indagação do nobre Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o requerente se está satisfeito com as informações?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

O Deputado Romanelli, que é o Líder do Governo, tem a palavra do Governo aqui, trouxe as informações para nós dizendo dos 7%. Estou satisfeito.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Fica **retirado** o requerimento, a pedido do autor.

Requerimento nº 1650, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1651 a 1657, 1676 e 1683, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1658 a 1667, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1672 e 1673, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1684, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 029 e 210/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 533/07 e 168/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Defesa do Consumidor

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a

presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cleiton Kielse - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário da Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 032/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 100/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário da Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho, de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 068/08, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário da Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão

de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, Dr. Batista e Elton Welter. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 049/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 02) Projeto de Lei nº 052/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira. Parecer do Deputado Artagão Júnior pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 061/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson - altera dispositivos da Lei Estadual nº 15608/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira à emenda oferecida pela Comissão de Finanças - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 105/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 120/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 139/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas

Fabrício - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 156/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 174/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 238/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 238/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 175/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO. O Sr. Presidente, Deputado Caíto Quintana, passa a presidência ao Sr. Deputado Reni Pereira; 11) Projeto de Lei nº 178/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Presidente Reni Pereira passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 12) Projeto de Lei nº 189/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

